

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

**A AGENDA DO BANCO MUNDIAL PARA A REFORMA DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DE CHILE, ARGENTINA E
COLÔMBIA (1990-2021)**

Luís Miguel De Lira Farias (infomiguel.contato@gmail.com)

O presente trabalho é vinculado ao projeto de pesquisa “Principais propostas do Banco Mundial para a reforma da educação superior na América Latina”, orientado pelo professor João Márcio Mendes Pereira, com financiamento do PIBIC-CNPq (IC). O presente resumo apresenta resultados parciais dessa pesquisa, cujo objetivo principal do trabalho é promover, a partir de uma revisão bibliográfica especializada – contando com historiadores, sociólogos e economistas que discutem sobre o Banco Mundial, como Xavier Bonal, Marcela Pronko, Antoni Verger –, uma discussão teórica; identificando, sistematizando e analisando as principais prescrições que a instituição elabora para o ensino superior dos países da América Latina – neste recorte, Chile, Argentina e Colômbia. Nos últimos trinta anos, a instituição atuou e atua de diferentes formas no que tange à sua relação com Estados e governos, sobretudo aqueles da periferia do capitalismo: promovendo reformas institucionais e macroeconômicas a partir da concessão de créditos dotados de condicionalidades, elaborando pesquisas de benchmark, oferecendo assessoria e consultoria técnica a governos. No campo do ensino superior, o Banco Mundial (BM) é responsável pela promoção dos princípios de Nova Gestão Pública (NGP) nesses países, promovendo a lógica empresarial no desenho de políticas públicas, em sua administração e organização. Entre as

décadas analisadas, é possível identificar a mudança de discurso e orientações da instituição para este setor. De maneira geral, entre as recomendações, há algumas continuidades, como: reformas voltadas para a eficiência, promoção da competitividade, busca por novas formas de financiamento – como o pagamento de mensalidades ou por meio de créditos estudantis –, integração ao setor produtivo da economia etc. Na década de 1990, com o paradigma do aumento da demanda pelo acesso ao ensino superior e a redução de custos do Estado, este setor era tido como um gasto excessivo dos países mais pobres – que deveriam priorizar o ensino básico. Posteriormente, com o advento da ideia de economias de conhecimento e do capitalismo flexível, a instituição passa a preconizar que as universidades exercem papel relevante no desenvolvimento dessas economias e, ao investirem em capital humano, seria possível a integração desses países à economia global. Ainda que parcial, a análise já evidencia que esse movimento, aliado com a configuração do neoliberalismo enquanto prática ao redor do mundo, foi responsável pelo imbricamento das relações entre Estado e setor privado, seja por meio de privatizações ou da reorientação da função e papel social das universidades. Portanto, a agenda do Banco Mundial proporciona mudanças relevantes – ainda que heterogêneas entre os países – na relação entre universidades e Estados, alterando a lógica, a função e o papel dessas instituições para fins de mercado. O Estado, antes financiador, assume um papel de regulação e vigilância. O ensino superior público, antes orientado à noção democrática de promoção de conhecimento voltado para a sociedade, assume um papel de lugar de investigação e pesquisa orientado para o setor privado.

Palavras-chave: banco mundial; privatização; ensino superior; neoliberalismo.